

REVISTA DE GVIMARÃES

publicação da sociedade martins sarmento

Volumes 126/127

GUIMARÃES
2018

A Conspiração de 1817 Uma Investigação Completa

António José Pereira da Costa¹

Resumo

O presente texto resulta de uma análise do livro “Vida e Morte de Gomes Freire” da autoria de Raul Brandão. Não pode, contudo, ser considerado como uma simples recensão. Uma análise profunda do seu conteúdo permite concluir que o autor procurou no modo como ordenou os sucessivos capítulos apresentar-nos sucessivamente a marcha da sua vida militar — intensíssima e que deixa a perder de vista as dos seus contemporâneos — os trabalhos que teve para regressar ao Reino e estar preso durante o mais curto período de tempo que lhe fosse possível, a descrição do caldo político-militar que veio encontrar à chegada, o ambiente familiar e de amigos que o rodeava e o “processo” nos seus diversos aspectos: a denúncia seguida da prisão, os autos e a elaboração até à sentença. Seguem-se dois capítulos nos quais Raul Brandão, numa altura em que a psicanálise dava os primeiros passos e, em Portugal talvez não passasse de uma curiosidade, analisa os dois principais inimigos de Gomes Freire — Miguel de Forjaz e Beresford — e procura encontrar razões para as suas actuações. O último capítulo é dramaticamente heróico e podemos resumi-lo a uma descrição da marcha dos sentenciados para a morte. Um livro a ler e reler na procura de ensinamentos sociológicos, políticos, humanos e com larga aplicação na cidadania.

Palavras-chave: Gomes Freire, Matilde de Melo, William Beresford, Miguel Pereira Forjaz.

¹ Coronel de Artilharia, reformado (toze.pereiradacosta@gmail.com).

Não venho falar-vos de Raúl Brandão. A evocação dos seus cento e cinquenta anos decorreu durante o mês de Março passado. Para o ano, celebraremos mais um ano de vida dele, colocando mais uma pedra no edifício que materializa a sua eternidade. Com os artistas é esta a regra e é assim que está bem. É a sua maneira de serem eternos. Também não venho falar-vos do tenente-general Gomes Freire de Andrade. Seria bom que, no momento em que vos falo, a sua evocação já tivesse um grande desenvolvimento, mas ainda não começou, tanto quanto julgo saber. Faço votos para que ela venha a ter o necessário brilho, ao menos no dia e que passarem os duzentos anos sobre o seu assassinio, e que nos estimule a extrair da História aquela lição que nos leva ao exercício diário da cidadania.

Ou talvez venha falar-vos de tudo isto, numa mistura inebriante.

É no título de um livro que se situa o tema da nossa conversa e, mesmo esse, embora escrito aqui perto, na Nespereira, data de 1913. Não estamos, por isso, perante nenhuma data redonda daquelas de que os invocadores tanto gostam.

No manuscrito, o autor deu ao seu trabalho o título sugestivo: “1817 — A Conspiração de Gomes Freire”. Mais tarde, como é próprio dos artistas, releu o que escreveu e aperfeiçoou-o, acrescentando-lhe texto e, mudando-lhe o título, pô-lo em concordância com o conteúdo. Por fim, escreveu na capa: “Vida e Morte Gomes Freire de Andrade”. Tenho para mim que é maior todo o artista que melhora um seu trabalho deste género, porque deixa a sua pele de escritor para vestir a de investigador e cidadão, pronto a mostrar, com exactidão e clareza os resultados do seu trabalho. Arrisco-me a dizer que este foi um acto de humildade, como tantos outros a que nos habituou.

Se me pedissem um comentário breve diria que estamos perante um trabalho espectacular. Não naquele sentido pobre que

hoje se dá a esta palavra, mas no facto de se tratar de um trabalho de investigação que teremos de ler avidamente e contemplar extasiados como se fosse algo que nos toca profundamente e nos deixa a pensar, em resumo: um espectáculo. Por mim fiquei rendido. É a segunda vez que entro no computador no Mestre, que invado a sua intimidade artística, tendo acesso a uma sua pasta de trabalho, constituída para publicação posterior. Da primeira vez foi quando li “Os Operários”, um livro que era para ter sido. . . Nunca foi publicado por Raúl Brandão, mas quando o foi estava completo naqueles documentos aparentemente dispersos, apontamentos e comentários.

Venho agora dar-vos parte de outra incursão noutra pasta de trabalho de Raul Brandão.

Antes, porém, terei de me situar no tempo. É que separar o homem-cidadão, neste caso, sublinho, também militar, do escritor é uma simplificação que pode ser do agrado de alguns biógrafos, mas é um erro de apreciação. Tudo conta na avaliação de um homem. Além disso, a vida corre ao lado de todos nós e condiciona tudo o que fazemos ou deixamos de fazer.

Proclamada a República e passado à reforma, em 1912, por motivos de saúde, num processo que analisei, mas não entendi, Raul Brandão terá sido atingido por uma onda de acção cívica ditada pela emergência das instituições republicanas e pelas novas regras de funcionamento da sociedade. Não nos esqueçamos de que ele era um homem próximo do povo e de que a sua passagem por Lisboa tinha-o posto em contacto com os operários, os empregados do comércio e das pequenas oficinas, os pequenos funcionários, os pobres a lutar pela sobrevivência diária e, muito principalmente, com aqueles a quem podemos chamar, com propriedade, “os revoltados” que sonhavam permanentemente e semeavam, com grande convicção, a transformação drástica da sociedade, que acabara de se verificar. Ter-se-á então questionado sobre o que poderia fazer para acelerar a mudança e apoiar, com a sua acção de homem de letras, as modificações que já tinha concluído serem necessárias. Os tais sonhadores e revoltados já tinham como fundamental que as revoluções mais profundas e irreversíveis começam pela cultura e os conhecimentos de toda a ordem, que se forneçam aos povos.

Assim, mesmo que a contra-revolução venha a triunfar, nada será como foi.

Do que conhecemos da sua personalidade podemos considerar que, naquele momento histórico, Raul Brandão faz uma pausa na sua carreira de escritor e, em três anos, apresenta-nos dois livros de temática militar e patriótica — “El-Rei Junot” e “A Conspiração de Gomes Freire” — e um prefácio — para “O Cerco do Porto” — onde é difícil distinguir entre o militar, o cidadão e o escritor. Este último é analisado por dois jornalistas — Adelino Mendes, em 28 de Dezembro de 1915 e Mayer Garção, em 2 de Janeiro de 1916 — no jornal “A Capital”, segundo diferentes perspectivas, mas coincidindo na qualidade do texto produzido.

Entremos, agora, na pasta de trabalho onde colocou o que conseguiu apurar sobre a revolta de 1817 e deixou as suas descrições e os seus comentários críticos, na perspectiva do patriota e cidadão livre que todos lhe reconhecem. Não se trata de uma descrição factual, fria e cientificamente insípida, nem de uma história romanceada, que poderia ter escrito, na certeza de assim prender o leitor e transmitir a sua mensagem, mas de uma exposição feita apaixonadamente na sequência que mais lhe aprouve.

Poderá parecer estranha a estrutura que o autor utilizou para expor os resultados das suas investigações, expondo (por vezes com muito detalhe) a documentação que consultou, realizando a análise psicológica dos intervenientes (num tempo em que a psicanálise dava os primeiros passos), e descrevendo os factos que tiveram lugar. Vejamos o que ele tem para nos dizer.

As Campanhas

O capítulo I, denominado *Campanhas*, descreve, de modo magistral e claro o ambiente político-militar da Europa antes de 1817. Numa linguagem sintética e precisa e que só um militar usa com propriedade, descreve acontecimentos militares pelos quais as relações entre as casas reais do tempo levavam à morte muitos milhares de homens. O motivo para esta descrição é a viagem na vida profissional de Gomes Freire. Poderia ter-se limitado a dar uma fita do tempo da vida do oficial, acrescentando umas notas

esclarecedoras, mas optou antes por pintar um quadro realista de cada uma das campanhas em que Gomes Freire esteve envolvido, longe do país e em situações em que a violência das batalhas é potenciada pelos grandes efectivos em choque.

A primeira campanha (1784), o ataque ordenado por Carlos IV a Argel, é descrita em apenas nove linhas de texto e, mesmo assim, o leitor através dela, contempla um daqueles quadros que vemos nos museus e diante dos quais poderíamos ficar imaginando os sons do combate, os gritos dos homens, os efeitos do fogo dos canhões e as manobras dos navios de velas rotas e mastros derreçados... As coisas não correram da melhor maneira para a cristandade, mas Gomes Freire — guarda-marinha, então com 27 anos, a mesma idade com que o autor termina a sua formação militar — esforça-se para cumprir o que esperam dele: morrer como tantos outros ou levar à morte o maior número de inimigos. Está no comando de uma das lanchas artilhadas que despeja metralha sobre as embarcações inimigas. O ataque é tentado por oito vezes e falha. Regressa e, passando ao serviço no exército, é promovido a sargento-mor (1788) para o *Regimento de Peniche*.

Segue-se o confronto da Crimeia descrito com uma crueza que chega a doer. A referência ao *Sistema da Natureza* (Barão d'Holbeche) e ao *Dicionário Filosófico* (de Voltaire) procura situar o leitor na ideologia que poderia estar na base do que ia suceder. E a violência espelha-se em expressões brutais de significado inequívoco: *chacina, degola*², *desaparição misteriosa* e depois, *dos cinquenta mil mortos nem os ossos restam*. Raul Brandão usa expressões muito rudes para descrever a acção de Catarina da Rússia quando se refere à *mixórdia bárbara, onde remexe uma mulher sem escrúpulos* ou afirma com um espécie de humor negro que *o caso passado na Crimeia há mais de um século é como se se tivesse passado em Marte a semana passada*. O que se passava não era tema de conversa em Portugal. O nosso país estava longe do teatro de operações e as notícias andavam a passo e irregularmente. Em duas expressões fica definida a situação política. Gomes Freire

² O saque e a degola eram um hábito nos exércitos daquele tempo. Em 1852, nas *Noções Geraes de Guerra* de António José da Cunha Salgado é dado como *banido*.

anda naquele caldo de violência cega, incompreensível e descontrolada, durante cerca de cinco anos (1788-1793) e, sempre no exército russo, assiste ao cerco de Oczarof onde os atacantes *gelam nas barracas de campanha ao caem aos tiros dos 310 canhões que dia e noite vomitam metralha*. Neste ponto, o escritor refere que os atacantes se *atiram às brechas*. É uma situação táctica de que os professores da Escola do Exército lhe terão falado. As muralhas das fortificações ruíam pela acção dos sapadores ou do choque permanente dos projecteis de artilharia. Depois, era o assalto em que os da frente caíam nos escombros, mortos, feridos ou simplesmente por terem tropeçado e eram até pisados pelos que vinham atrás na mira do saque. É que *dentro da praça há ouro, prata, alfaias e é a própria canalha que morre de frio que reclama o assalto e o saque*. Podemos imaginar o que significava naquele tempo a expressão “estar sempre na brecha” que hoje usamos na linguagem de todos os dias. Quem defendia, jogava tudo para sobreviver e quem atacava dava largas à sua vontade de exterminar o inimigo e à ânsia de roubo após um período de indecisão. E o quadro final vem expresso em duas linhas que terminam com reticências: *tinham morrido durante o cerco, vinte mil russos, são assassinados lá dentro vinte e cinco mil, homens, mulheres e crianças*.

Mas o militar-escritor continua, agora a descrever os restos da hecatombe, dando, como sempre, atenção aos miseráveis e informando o leitor pouco dado a estes temas de que durante a guerra *vão ao matadouro milhares e milhares de homens, e a peste e a fome assolam Constantinopla*. Depois fala com desprezo da vitória da “diplomacia” germano-britânica e lastima a cedência da Turquia perante a *mortandade, a fome e o incêndio que devorara em quatro meses trinta e duas mil casas*. Qualquer homem ficaria marcado por um espectáculo tão aterrador. Infelizmente, não temos notícias do que Gomes Freire pensaria e sentiria depois do retorno a Portugal, em 1793, coberto de glória e de experiência de combate. Poucos militares portugueses terão presenciado um sofrimento tão grande infringido a um povo.

As descrições relativas à Campanha do Rossilhão e à Guerra das Laranjas valem pelo seu colorido, como se fossem aguarelas pintadas com rapidez, mas com certeza. Tudo se tinha passado

mais de 100 anos antes, mas isso não impediu que nos fosse transmitido, com clareza e precisão, o ambiente vivido, as actuações dos principais chefes militares e as respectivas consequências. A campanha do Rossilhão não passa de um sacrifício imposto ao Exército e, por consequência, ao povo português. Talvez, naquele tempo, a política nacional tivesse justificações para o apoio ao exército espanhol no seu combate à França republicana, mas os resultados nem hoje se entendem. A logística da operação é péssima, especialmente a que ficou a cargo das autoridades espanholas. Os franceses que, numa primeira fase foram invadidos, passam rapidamente a invasores. A desmoralização das tropas espanholas é enorme e as tropas saídas, de Lisboa, a 20 de Setembro de 1793, passam toda a espécie de privações. Os restos regressarão a 11 de Dezembro de 1795.

As seis páginas em que fica exposta esta campanha são escritas, a várias mãos, pelo investigador metódico e profundo, o português-cidadão que racionalmente comenta o material que lhe chega às mãos, o militar profissional e o escritor que, com um poder síntese notável, vai desenhando o ambiente operacional, nas suas variadas vertentes, e as reacções dos homens — soldados, povos, dirigentes políticos, comandantes militares, de qualquer dos beligerantes — conseguindo mostrar-nos, para que nos apaixonemos pelo Herói, o ambiente em que ele não se move apenas, mas labuta, combate e sofre, não apenas contra o inimigo, mas também contra a incompetência e a tibieza dos comandantes e as intrigas dos acólitos que pululam à volta deles.

Os traços descritivos entrelaçam-se anarquicamente, ora falando da delicada situação táctica que os portugueses encontraram (*um linha de muitas léguas a defender e um rio, o Tech, à retaguarda*), ora do estado das tropas desembarcadas depois de uma *viagem tormentosa*: os soldados pareciam *desenterrados* e sofriam o *Inverno dos Pirenéus com chuva a potes*. As primeiras descrições dos combates em que o Regimento de Gomes Freire se viu envolvido revelam o domínio da linguagem militar própria de um profissional, com palavras e expressões como *guarnece o reduto*, *debanda*, *acutilla* e o próprio *Gomes Freire acode à frente de um reforço* e, depois de descrever os ataques conduzidos à baioneta

pelos homens sob o comando de Dugommier, o pintor com letras passa a filósofo, meditando sobre as razões que levarão um homem a *marchar direito às balas e à morte com um pedaço de ferro na ponta da espingarda*. Os soldados espanhóis ficam rapidamente desmoralizados e, *quando os aprisionam dançam o bolero*. Gomes Freire fez uma análise rápida da situação e propõe a Forbes assegurar, com 281 portugueses, a retirada dos espanhóis. *Tratava-se de sacrificar alguma tropa para salvar o resto e se destinavam a este fim os portugueses, por serem fazenda mais barata*. Raul Brandão transcreve a proclamação dirigida aos soldados. Tê-la-á lido, pois comenta-a dizendo que o então coronel usava uma linguagem *pitoresca e decidida*. Indirectamente, ao descrever a reacção dos soldados dá-nos a certeza do ascendente que o chefe tinha sobre aqueles a quem comandava. Mais tarde, quando Gomes Freire é mandado regressar à *Corte*, os oficiais do Regimento *suplicam* à rainha que o seu chefe não lhes seja *roubado*. O avanço dos franceses, fortemente moralizados e aceitando a dicotomia “*vitória ou guilhotina*”, escorraça os espanhóis que debandam, recusam-se a combater e rendem-se *ao tom festivo dos pandeiros*. É uma situação estranha... Provavelmente, teremos de admitir que os espanhóis que foram derrotados no Rossilhão prefeririam ser franceses e republicanos... Mas é apenas uma hipótese.

Claro que os frades *pregam contra os jacobinos*, mas isso já não inverte a situação de derrota.

Nas unidades portuguesas, o ambiente entre a oficialidade é péssimo e a respectiva descrição terá sido feita por alguém cujos escritos Raul Brandão leu atentamente. Latino Coelho terá sido uma das suas fontes. Surge *uma papelada satírica sobre toda a campanha até ao 20 de Novembro*; Gomes Freire não pode ver *esse vil e intrigante Clavière; o velho John Forbes Skellater escocês é irresoluto e não sabe como há-de tratar os senhores fidalgos*... *Adoece*. Os ajudantes-de-ordens e ajudantes-de-campo eram homens que, estando muito próximo dos generais, transmitiam as ordens destes aos comandantes executantes. Junto destes, inteiravam-se da situação no terreno e, em sentido contrário, comunicavam as dificuldades, as necessidades, reclamações, dúvidas dos executantes aos comandantes do escalão superior. Deveriam ser oficiais — nor-

malmente do estado-maior — bem habilitados e da confiança de quem comandava várias unidades implantadas no terreno. Eram, portanto, intermediários entre quem mandava e quem obedecia, podendo influenciar as decisões dos generais em detrimento dos comandantes que as executavam. Não admira, portanto, a desconfiança e até revolta de Gomes Freire em relação aos ajudantes de Forbes.

Sabemos que o estado sanitário dos soldados era péssimo e Raul Brandão exemplifica com os do Regimento de Olivença que pareciam mendigos e procuravam *os olivais e o sol para catar o piolho*. Em Novembro de 1794, dois combates (nos dias 17 e 20) saldaram-se por derrotas da coligação anti-república. Em 5 de Fevereiro do ano seguinte, chega mesmo a ser determinada uma devassa à actuação das unidades portuguesas, no combate de 20 de Novembro.

Por fim, Gomes Freire recebe ordem para regressar a Lisboa completamente incompatibilizado com o comando, mas, como já vimos, *no Regimento, os soldados adoram-no*. Raul Brandão, qual biógrafo, em meia página do livro, faz uma análise do momento psicológico do seu biografado e usa expressões como *é ainda um cavaleiro andante, como a si próprio se designa*. Reconhece-lhe uma certa imaturidade porque, observando a incapacidade dos chefes, não cumpre uma regra básica que Raul Brandão assinala: *a grandeza principal num soldado consiste em saber obedecer e calar*. Gomes Freire *fala muito, escreve muito e é sempre injusto com o velho escocês*. E prossegue, num alarde de conhecimento — empírico, porventura — dos homens e dos militares, em especial, dizendo: *não criou ainda a superfície que reveste todas as figuras depois dos trinta, a segunda pele que protege a nossa sensibilidade, e que só se adquire à custa dos encontrões à vida e pela vida fora*. Chama-lhe *ingénuo* e acusa-o de não saber *o valor da vida*.

Contudo, faz-lhe o maior elogio que se pode fazer a um homem que é chamar-lhe isso mesmo: *Homem*.

Desta campanha ficam um ódio e uma amizade a dois primos de Gomes Freire. Para com António de Sousa Falcão fica a amizade a que teremos de chamar “militar”, à falta de melhor expressão. Numa frase lapidar Raul Brandão justifica-a dizendo que *a Vida*

Militar é uma servidão que enobrece. A disciplina, o perigo em comum e até as horas vulgares, os acontecimentos imprimem aos homens qualidades e defeitos que, mesmo quando lhes arrancam o uniforme, ficam marcados para sempre. Pertencem à mesma família e falam uma língua que o paisana não entende. O ódio, quase certamente retribuído, a D. Miguel Pereira Forjaz será consequência de uma diferença de modos encarar a vida. Pereira Forjaz era ajudante-de-campo de Forbes e seria uma criatura de gabinete, um oficial reservado e prudente, nos antípodas de Gomes Freire que era principalmente um soldado. Terá, portanto, assistido às desavenças e cenas em que o general (Forbes) era maltratado pelos repelões do coronel. Segundo Raul Brandão, D. Miguel tem uma ótima memória, um rancor feroz que (...) não exhibe. Ninguém dá por ele. Muitos anos depois, forma o salto, deita as mãos e sorri para tornar a sumir-se no escuro em que medita, reza ou sonha. . .

Mas “D. Miguel foi sempre meu amigo”. É o que escreve, talvez confiadamente em excesso, Gomes Freire. . .

A Guerra das Laranjas foi um episódio caricato do qual só restam duas acções positivas do Exército Português. Uma, de carácter essencialmente defensivo, junto de Vila Real de Santo António, conduzida por Euzébio de Sousa Soares. Outra, a acção de Gomes Freire — então em funções logísticas, como quartel-mestre general do Exército de Entre Douro e Minho, sob o comando do Marquês de La Rozière — que, em Trás-os-Montes, protagoniza a única acção ofensiva com resultados concretos para o decorrer da guerra. Não é de estranhar esta nomeação de um oficial com provas dadas na área das operações para uma área tão sensível. A sustentação, em campanha, dos exércitos daquele tempo era assegurada pelos recursos, de toda a ordem, que pudessem obter na área onde actuassem. Gomes Freire, com uma larga experiência operacional, estaria em melhores condições de saber quais e onde obter os recursos necessários às operações que iam realizar-se. Raul Brandão terá estudado a situação do Exército Português no início de 1801 ao ponto de afirmar que *os espanhóis demoraram a guerra depois da declaração (a 2 de Março), quando não, entravam em Lisboa sem queimar uma escorva*. Depois, descreve o quadro em que Gomes Freire teve de actuar, referindo *as frases,*

os reumatismos e as botas (de seda) do Duque de Lafões e outros ainda mais pitorescos. O irresoluto Forbes ainda teima: “Hemos de vencer...” e já Lafões se encontra em Lisboa, o mais longe possível do inimigo.

A proclamação, transcrita na totalidade, feita no quartel de Portalegre, em 21 de Março de 1801, ao povo e aos soldados portugueses, pelo *marechal-de-campo Gomes Freire d’Andrade e Castro, comandante das forças acantonadas no Alentejo*, dá-nos mais informação sobre o modo de pensar do inquieto, mas empenhado biografado por Raúl Brandão. Mas tudo termina rapidamente e Portugal cai na paz podre.

Tudo poderia ter ficado por aí mas, passados que foram seis anos, os franceses vieram e Junot decreta a constituição da Legião Portuguesa. Recorrendo quase exclusivamente a cartas e outros documentos, Raúl Brandão dá-nos a imagem de um homem a sobreviver numa tempestade de acontecimentos, percorrendo *Ceca e Meca e olivais de Santarém*, expressão portuguesa simples, mas eloquente para descrever a vida de Gomes Freire, até 20 de Janeiro de 1813, quando regressa a Paris, prisioneiro. É uma torrente de nomes de cidades dos países do interior da Europa de então, (Grenoble, Paris, Dantzig, Wilsa, Berlim, Ikoenisberg, Iena. Meissen, Colditz, Leipzig, Waissenfeld e, finalmente Dresden) na altura dominadas pelas hostes napoleónicas, onde exerce variadas funções e corre risco de morte, como em Molodestchino. O caos imperava e o vazio de poder deveria ser a situação mais comum. Como seria exercer autoridade num país, ou melhor, numa área territorial irregularmente definida e da qual se era invasor, com o respectivo aparelho produtivo destruído ou saqueado e cujos habitantes, na penúria, teriam perdido as suas referências políticas e, se calhar, sociais? O que pensaria Gomes Freire, mesmo à luz das suas orientações político-ideológicas, acerca do que fazia e via fazer? Em última análise, só podemos ter como certo que envelheceu e muito e o escrito de Raul Brandão aí está para no-lo dizer, assegurando que (...) *acompanha Napoleão até ao fim da epopeia (...) a sua vida é uma luta constante. Já passa dos cinquenta. Depois de tanta aventura pensa em descansar — enforcam-no.* Mais uma vez o esforço inglório recai sobre um punhado de portugueses, que

não tiram nem para si, nem para o país, algo que velha à pena. . .

As Cartas

O capítulo II, denominado *Cartas*, tem início com uma nota de rodapé muito importante em que o escritor revela que estas serão cartas inéditas, tais como as de Matilde de Melo, que apresentará mais tarde. Tanto umas como outras terão ido ao Brasil, a fim de que o príncipe D. João, amigo de Gomes Freire, as lesse e acabaram nas mãos de Maximiliano Eugénio d’Azevedo, a quem Raul Brandão dedica a sua obra, retribuindo, provavelmente, o apoio na pesquisa documental que dele recebeu. Foram escritas durante um ano (entre 12 de Junho de 1814 e 22 de Junho de 1815), estando quinze dirigidas a António de Sousa Falcão, uma a D. Miguel Pereira Forjaz e outra a António Araújo Azevedo. Neste bloco há apenas uma carta de resposta de Sousa Falcão a Gomes Freire. Raul Brandão limita-se a divulgá-las sem outro comentário. Deste modo, o biógrafo apaga-se e, conseqüentemente, caberá ao leitor formar uma opinião sobre aquele ano de vida de Gomes Freire.

Logo na primeira carta ficamos a saber que Gomes Freire ficou prisioneiro em Dresden e foi levado para a Hungria e daí para Paris. Na carta escrita a D. Miguel Forjaz dá uma ideia resumida de como e porquê foi aprisionado e porque foi levado para oriente. Não diz onde *jazeu três meses* e só chegou a Paris a 6 de Junho de 1814, *roto, esfrangalhado e pobre como Job*. Considera que nunca passou de um prisioneiro *condecorado e armado* e acha que *basta de cavalarias andantes*. Pede notícias e fala de Matilde *constante companheira dos seus trabalhos* a quem, *no princípio da última campanha*, tinha mandado para França e que assim *escapou de comer carne de cavalo e ir para a Hungria*. É nesta altura que se dá o desencontro entre ambos quando ela resolve ir procurá-lo e ele se desloca para Paris. Está sem dinheiro, pois o soldo não lhe era pago com a necessária regularidade. Assim, não tem sequer dinheiro para partir para Londres a daí para Lisboa.

As restantes cartas enviadas ao primo António de Sousa Falcão têm teores semelhantes. Tem muita dificuldade em receber

respostas às cartas que envia, mas, sempre que encontra portador, manda notícias e documentos — “*o cartapácio*” — para provar que nunca combateu contra Portugal, nem veio à Península (a menos que tivesse feito *o milagre de Santo António*), condição essencial para não cair nas mãos dos *ministros com beca que o podem vir acordar a meio da noite e levá-lo para uma masmorra*. Declara-se cansado e *deseja descansar e viver em sossego depois de ter aturado “prussos” franceses e intrigas portuguesas*. Se o *risca-ram em Portugal do serviço não pretende entrar de novo nele*. *Agora deseja pendurar a espada à parede para a deixar enferrujar bem à sua vontade*. Pedindo dinheiro (4.000 cruzados) insistentemente procura também que lhe restituam os proventos que lhe foram retirados da sua casa depois da saída do País e começa a vislumbrar o que lhe sucederá se desembarcar em Lisboa sem ter conseguido provar que nunca combateu contra Portugal. Sabe que corre risco de ser preso e internado na Torre de Belém, no Castelo de S. Jorge ou no Limoeiro, se não conseguir fazê-lo e começa a levantar a hipótese de ir servir nos exércitos do Grão-Turco que tentava recrutar generais em França. Tudo menos *cair nas mãos dos desembargadores...*

Apesar de tudo, apresenta-se voluntariamente em Portugal e é preso na Torre de Belém, em Maio de 1815, sendo solto, “livre de toda e qualquer mácula”, em 3 de Junho.

Em resumo, poderemos dizer que estas cartas são um misto de pedido de auxílio, de lamento, de desilusão e até de desistência de alguém que, pelos trabalhos da vida que levou, nada mais quer do que descansar.

Tem em António de Sousa Falcão um procurador aplicado e, talvez eficaz, no meio das dificuldades, que não hesita em recorrer ao primo D. Miguel Pereira Forjaz, em desespero de causa.

Na carta escrita a 2 de Fevereiro de 1815 relata um sonho, atitude estranha para alguém que está numa situação nada fácil. Porém, rapidamente verificamos que se trata de um texto que poderíamos considerar codificado, através do qual tece críticas ao desleixo do rei (um imperador chinês que tinha tido pouco cuidado em organizar o exército e que por isso tinha pedido o auxílio dos aliados tártaros para combater o invasor), ao modo prepotente e

burocratizado como funcionava a justiça daquele tempo, que até os ingleses temiam, ao poder de Beresford (um cabo tártaro a quem o imperador dera plenos poderes e que queria que ilustrasse, com os seus conselhos, os *quatro mandarins e os animasse*) e à inveja dos regentes em relação a Beresford e aos oficiais ingleses, em geral. Na descrição do sonho, é fácil determinar que o pobre chinês, que então militava na Pérsia e fora chamado a competir com o cabo tártaro e acabara numa *trempe* armada por este, mas que os quatro mandarins não desmontam e que acorda com os tiros do seu próprio fuzilamento, não é outro senão o próprio Gomes Freire.

Está em Paris quando Napoleão foge da ilha de Elba, mas tranquiliza imediatamente António de Sousa Falcão, dizendo-lhe que não se deixará *iludir por quimeras e está resolvido a voltar o mais depressa possível*.

Ao fim de cerca de um ano de diligências envia duas cartas a D. Miguel Pereira Forjaz. Uma primeira, escrita ao Regente do Reino e que não terá chegado às mãos de Raul Brandão. A outra, remetida a 22 de Junho de 1815, é escrita ao primo e não ao regente. É longa e nela descreve as condições em que foi “nomeado” para a Legião com a qual, durante a campanha, tem contactos esporádicos e apenas com algumas unidades e que, no final da campanha da Rússia, praticamente não existia. À chegada de Junot a Lisboa tinha a seu cargo a defesa do porto de Setúbal e recebe ordem para se lhe apresentar. Substituído pelo general Kellerman deveria ter assumido o comando da II Divisão das tropas que já marchavam por Espanha. Não tendo conseguido atrasar-se o suficiente para não as alcançar na marcha, acabou por ter o regresso ao reino cortado pela situação política e militar que ali se vivia. Depois, assume a sua condição de *prisioneiro condecorado e armado* e anda pela Europa fora em funções que estão de acordo com a sua experiência e idade. É um general velho, mas sabedor e experiente. Parece ter estado sempre em funções relacionadas com a logística, organização e, eventualmente, com o governo civil e não refere ter estado envolvido em batalhas ou combates decisivos. Correu riscos, apesar de tudo, numa Europa ocupada mais por hordas de apátridas do que por exércitos regulares e na qual as

populações se revoltavam contra os invasores, independentemente da respectiva nacionalidade.

Talvez na ideia de chamar a atenção para a sua dedicação ao país que nunca enjeita e afirma sempre ser e querer continuar a ser português, fala de um trabalho teórico³ sobre a reorganização do exército que fez a pedido do Duque de Sussex⁴, então residente em Portugal, e que, não tendo sido bem aceite, na altura, acabou por ter sido adoptado, em parte, mais tarde.

Para trás ficou uma carta dirigida a António de Araújo e Azevedo, Conde da Barca, datada de 26 de Setembro de 1814. Trata-se de alguém que exerceu funções políticas e diplomáticas e era considerado um homem muito próximo de D. João VI, mas que residia no Brasil.

Hoje é difícil seguir o percurso de Gomes Freire desde que sai de Portugal na perseguição da unidade que deveria comandar até à sua chegada a Paris depois de libertado na Hungria. Porém, seria uma tarefa aliciante estabelecer uma fita do tempo dos seus movimentos e das tarefas que foi desempenhando nas diferentes cidades por onde passou. A reconstituição dos ambientes onde esteve mergulhado e a visão que os povos das regiões onde esteve tinham dele, enquanto membro da administração napoleónica. É provável que encontrássemos histórias que por lá se contam e que marcaram a vida dos povos. Será difícil, mas ele merece que o conheçamos bem.

Pela Liberdade

Raul Brandão poderia ter recuperado aqui a sua condição de biógrafo. Porém, prefere produzir um texto, mostrando-nos uma outra faceta da sua actividade intelectual: a de investigador no campo da História. Concentra-se num período que começa em Abril 1809 — quando William Beresford vem para Portugal — e,

³ *Ensaio sobre o Methodo de organizar em Portugal o Exército relativo à população agricultura e defesa do paiz*, Lisboa, nova Officina de João Rodrigues Neves, 1806.

⁴ Oficial inglês, de sangue real, maçom e que teve uma actuação discreta, mas determinante em Portugal. Terá deixado o nosso país em 1805.

como o título subliminarmente sugere, o capítulo só poderia terminar com um número: 1820. Impunha-se uma descrição rigorosa e clara do caldo social e político que Gomes Freire encontrou ao chegar a Lisboa. Só assim podemos compreender o seu percurso de vida, naqueles escassos dois anos que faltam para a sua morte. Num misto de reportagem jornalística e trabalho de investigação, Raul Brandão é rigoroso e vai ao ponto de transcrever integralmente documentos que analisou e comenta, expondo-se, numa atitude de abertura muito louvável, à possibilidade de confronto com outro historiador que surgisse e lesse o seu texto.

Começa por duas frases simples, mas que traduzem a ânsia de melhoria que anima a vida dos homens: *um ideal extinto caminha-se logo para outro ideal* e completa-a dizendo que *um ideal só é óptimo enquanto nos enche a vida*. Assim era em Portugal. As invasões não tinham trazido a felicidade que os contestatários ao antigo regime previam, mas a ideologia que as animava tinha mostrado que havia outras formas de organização política. Prossegue com expressões rudes que lhe permitem expor, com mais clareza, a situação social, demonstrando que após a primeira Invasão, nada ficou como era, mesmo que os governantes (que restabelecem o Santo Ofício) quisessem inverter o curso dos acontecimentos. *O descontentamento é geral: todos sofrem: guerras, desastres, mortes*. O povo sente o abandono por parte do Rei e a miséria afoga-o (na Guarda, Covilhã e Pinhel morre-se de fome), com o preço dos cereais a atingir números astronómicos. É o percurso de Massena na retirada que decorre entre o choque com as Linhas de Torres (Outubro de 1810) e a saída de Portugal (Maio de 1811). E o tempo da “sopa de Arroios”. Bem de acordo com o seu modo de escrever, dizendo muito em poucas palavras Raul Brandão escreve: *Espremem, espremem...*

Assiste-se a uma agitação que se materializa nos pasquins afixados, às vezes, nas portas das igrejas, nos jornais que circulam apesar de apreendidos e censurados, nos botequins onde a polícia não consegue obter resultados, por mais que se esforce. A percentagem de pessoas que sabiam ler e que estavam aptas a receber a mensagem dos jornais e pasquins era mínima. Talvez um pouco

mais elevada em Lisboa, mas “o ideal” continuava a difundir-se, apesar da *Setembrizada*...

Era a subversão de boca em boca.

A possibilidade de uma união peninsular começa a ganhar adeptos, já que a Espanha também está “abandonada” pela casa real e também lá se conspira e muito. Alguns aceitá-la-iam, defendendo-a com argumentos lógicos. Contudo, a maioria excluiria esta hipóteses pois as Invasões Francesas foram também levadas a cabo por unidades espanholas ou capitaneadas por oficiais espanhóis.

Beresford procura *remendar e compor* um exército pobre em meios, em homens e desorganizado. Já o era antes das Invasões, mas depois do saque e da razia que elas constituíram a situação deveria ser indiscutível de pobreza e desorganização. *Foi duro. Cortou muitas vezes mais do que era preciso.* Era natural, considerando a insensibilidade própria de um militar estrangeiro que tem que apresentar resultados a qualquer preço. As suas decisões colidem com as dos regentes que se apoiam num aparelho judicial tendencioso, burocratizado e até corrupto, mas que lhes permite perseguir os maçons e os jacobinos. Há suspeitas de pederastia envolvendo o Núncio: “Jamais un enfant de Sodome ne fut plus detestable”. Cabe aqui referir que o escritor é, ao longo da sua vida, uma pessoa prudente nas suas afirmações. Que nos recordemos há uma informação sobre esta matéria nas suas memórias.

Beresford manda no exército e a Inglaterra manda no governo é a frase em que tudo se sintetiza. Raul Brandão deixa uma última mensagem: *é necessário passar rapidamente de estremeção em estremeção, apesar do governo e da polícia, depara-se com um data, que é um bom remate para este capítulo — 1820.*

Vida Íntima

A vida “íntima” Gomes Freire está resumida em oito páginas. Partindo da relação de bens que lhe foram confiscados no momento da prisão, Raul Brandão descreve as personalidades dos dois ocupantes de uma *casinha ao cimo da Rua do Salitre, junto ao chafariz do Rato*. Assim, podemos imaginar o ambiente em

que decorriam as reuniões com os amigos (*todos maçons*): militares pobres, mal pagos, desvalidos e banidos pela administração inglesa do exército. A *minúcia do beleguim* que lhe arrestou os bens permite sabermos que lugar-sentado, todos teriam, mas copo para beber ou prato para comer já seria mais difícil, se estivessem muitos. Os 395 livros (170 dos quais encadernados), distribuídos por duas estantes de pinho, confirmam que era um homem de cultura superior, porventura invulgar. Falava com o desassombro do militar que não tem que provar a ninguém que é valente porque *vem da destruição, traz sangue nas mãos e a boca sabe-lhe a desgraça*.

No “Avejão”, Raul Brandão põe na boca da moribunda uma expressão parecida com esta: “*com a boca a saber a vida*”, na evocação de uma situação de felicidade não aproveitada.

Depois declara-o *chefe de todos os descontentes* e continua a descrevê-lo dizendo que *não cabe naquele mundo minúsculo (...)* e na *sociedade hirta onde tudo se espiona e que parece ter engolido um cabo de vassoura*. Em traços largos, descreve a personalidade do homem a quem o povo de Lisboa olhava com respeito, desde 1803, devido aos acontecimentos de Campolide. Ficamos na dúvida se *fala porque conspira* — como diz o biógrafo — ou se *conspira porque fala*. Num mundo pequeno e cheio de espíões e delatores, será sempre perseguido, mesmo que esteja calado.

O outro habitante da casa — Matilde Freire de Melo — tem o seu retrato psicológico feito a partir de três cartas que Raul Brandão transcreve na íntegra. Duas de certeza remetidas a António de Sousa Falcão: uma escrita em Berlim, a 18 de Dezembro de 1812, e outra em Paris, em 15 de Outubro de 1814. Há uma terceira, datada de um dia 13 de um qualquer mês de 1814 e escrita em francês. Pelo teor desta poderemos admitir que o destinatário seja o mesmo, uma vez que levanta a questão de não poder desembarcar em Lisboa, acompanhando o homem que amava: (...) *puis que j'ai fait le sacrifice de me séparer de lui pour quelques tems* (sic) *pour éviter l'espectacle de notre entrée ensamble* (sic) *dans cette capital*. Na primeira carta, pede notícias do filho que havia falecido em 29 de Abril daquele ano e procura justificar a sua ausência de quatro anos, por ter seguido o marido, em 1808. *Casada? Com cer-*

teza, diz Raul Brandão. Na segunda carta, conta resumidamente a sua viagem de 400 léguas, *viajando só e em paizes aonde nem sabe a língua*, em Setembro de 1814. Tinha tentado ir buscar o marido, que ficara retido em Dresden, mas desencontrara-se dele. Agora estavam finalmente juntos, viviam Rue Calambir (sic) n.º 7, Fabourg (sic) S. Germain em Pariz (sic) e só a morte poderia separá-los. Ainda tinha esperanças de abraçar o filho...

Em dez linhas Raul Brandão diz quem foi Matilde Melo. A dificuldade está em escolher os encómios que lhe atribui, deixando ao leitor a ideia de que acima de tudo foi uma mulher que amou muito o seu homem e a ele se dedicou profundamente. Julgamos mesmo que insinua que se terá constituído como um esteio ao qual ele se amparou, quando a vida militar não o absorvia. Podemos respigar frases como: *esta Matilde ninguém a ouve, ninguém a encontra senão na ocasião da desgraça quando se trata de um sacrifício ou de um sofrimento (...) depois some-se (...) sabe-se que foi companheira constante dos seus trabalhos. Mas estas mulheres não se exibem (...) mas são tudo na existência desconexa dum homem (...) sem ordem e quase sempre sem dinheiro. Foi ela que o impediu de se suicidar⁵, foi ela que muitas vezes lhe valeu e o salvou. Nestas curtas palavras se resume toda a sua história como a história de tantas mulheres portuguesas.* Há mais elementos sobre a sua acção de mulher e de liberal. Poderia e deveria ter o seu valor de mulher reconhecido, na nossa vida diária. Se calhar merece nome de rua...

“Hum principalmente...”

Para a produção deste capítulo Raul Brandão realizou um trabalho de análise documental verdadeiramente ciclópico. A informação colhida nos arquivos, principalmente no *Arquivo Geral do Ministério da Guerra*, (uma vez que alguns dos arguidos do pro-

⁵ No momento da prisão, em sua casa, Gomes Freire pega numa pistola que lhe foi tirada da mão por “alguém da sua casa”. Deverá ter havido, por parte de quem descreveu a captura um certo pudor em relatar a acção de uma mulher que era reconhecida como ilegítima. Todavia, ninguém mais ali habitaria que pudesse estar presente àquela hora da madrugada.

cesso eram militares), na Torre do Tombo (*Pasta Especial*) e em diversas publicações como os *Anais e Código dos Pedreiros Livres*, e *Memória sobre a Conspiração de 1817 vulgarmente chamada a Conspiração de Gomes Freire escripta e publicada por um Portu-guez amigo da Justiça e da Verdade*. Desta última são conhecidas duas edições. Uma impressa em Lisboa pela *Impressão Liberal*, em 1822, com cerca de 150 páginas, e outra, supostamente em Londres, no mesmo ano, a cargo de Ricardo Artur Taylor, mas com 293. Desta última — mais completa — existe um exemplar oferecido à Sociedade Martins Sarmento pelo Conde de Vila Pouca e que é a que Raul Brandão apresenta, como referência na bibliografia da sua obra, atribuindo-a a Joaquim Ferreira de Freitas (o Padre Amaro). Nela encontramos diversas anotações, a lápis azul, na margem de algumas páginas e nas guardas do livro, escritas por alguém que o terá estudado em pormenor. Correndo o risco de errar e cotejando grosseiramente a caligrafia das anotações com a do autor⁶, afirmaríamos que terá sido este o exemplar usado por Raul Brandão para escrever o livro que vimos analisando.

Este capítulo incide sobre um período de cerca de dez dias (entre 15 de Abril e 25 de Maio de 1817), que vai desde a detecção da conspiração e sua denúncia a William Beresford até à prisão dos conspiradores. Como já sucedeu, alguns documentos estão transcritos integralmente, concedendo ao leitor a possibilidade de discordar das observações do biógrafo, mas sabendo sempre donde elas foram logicamente deduzidas.

Raul Brandão comenta o evoluir dos factos na perspectiva de um investigador parcial, já que empenhado na defesa do biografado. Porém, a evolução do processo e o comportamento das instâncias judiciais, assim como o dos “Senhores do Rossio” e do próprio Beresford virão a dar-lhe razão, mesmo que a análise seja feita à luz das mentalidades de 1817 e não das de 1913.

⁶ Na 4.^a edição de “Vida e Morte de Gomes Freire” encontramos dois textos manuscritos pelo autor, que foram inseridos em certos pontos do texto inicial, com vista a melhorá-lo. A comparação de que falamos foi feita entre a digitalização de “*Conspiração de 1817...*” e as reproduções dos referidos textos manuscritos.

A expressão que dá o nome ao capítulo foi recolhida, por Raul Brandão, *entre a papelada*, num *bilhetinho*, a *nódoa que foi alastrando até à morte de Gomes Freire*. E acrescenta: *Fui lá ver se lhe ficaram marcadas as unhas no papel... Que não escapem — que não escape Hum principalmente*.

Tudo começa com a denúncia da conspiração — involuntária, é certo — mas feita por António Cabral Calheiros Furtado de Lemos, um fala-barato, que, no alarde que faz dela, no Botequim do Marrare, junto de Pedro Pinto de Moraes Sarmiento deita tudo a perder. A consulta ao seu processo individual revela que fora abatido ao efectivo do exército, em 17 de Junho de 1815, e contado no hospital de Lisboa. Não tem verba de saída o que significa que deveria estar em situação irregular, porventura vagueando na cidade. Moraes Sarmiento, por seu turno, é um mau oficial, ignorante e incompetente e que estava consideravelmente afastado da sua unidade e funções. É amigo de José Andrade Corvo de Camões a quem conta sua descoberta. Ambos resolvem denunciar a conspiração, mas é Andrade Corvo que vai denunciá-la directamente a Beresford. Estamos a 16 de Abril e ambos têm dúvidas sobre o que lhes sucederá se se infiltrarem na organização, como o general lhes ordena. No fundo, não confiam na hierarquia. Mas acabam por se infiltrar na organização juntamente com o bacharel João de Sá Pereira (Ferreira Soares).

Raul Brandão comenta: *o primeiro ímpeto é a denuncia, tão empenhado, tão humano e ao qual só resistem os caracteres de eleição. Não há déspota para quem a chusma dos homens não corra denunciando, intrujando pelo (...) prazer da ganhuça, contando com o avanço (promoção), em troca de ouro, por bajulação, por adulação, à espera da melhoria do rancho, à espera que lhe encham a bolsa ou o estômago, que lhe pendurem uma venera ao pescoço ou lhe adornem o braço com mais um galão*.

Segue-se o processo de iniciação e admissão dos três novos militantes. É um processo conturbado com avanços e recuos, muita desconfiança por parte dos infiltrados que, munidos de documentos que os credenciam como tal, vão carreando informação e, principalmente, a documentação impressa Rua de S. Bento n.º 51, para o marechal.

Existiam outros focos de conspiração em Lisboa, nomeadamente aquele que envolve o general espanhol Cabanes, e há mesmo a possibilidade de a insurreição surgir simultaneamente em ambos os países. Talvez a polícia não conhecesse bem os contornos dessas conspirações a que podemos chamar paralelas e por isso preferisse actuar, em força, unicamente sobre a que foi denunciada, de modo mais concreto. Por essa altura, a Revolta de Pernambuco começava a ser jugulada, mas mesmo assim ainda criava instabilidade. A Maçonaria está envolvidíssima na revolta, quer por alguns participantes, quer pelos infiltrados, dois dos quais são maçons, embora com acção mais que duvidosa. Mesmo os ritos de iniciação na conspiração parecem copiados dos da Maçonaria.

Os espões vão conhecendo elementos da conspiração, mas Gomes Freire, o Barão de Eben e outros nunca lhes são apresentados.

Beresford age prudentemente, mesmo sabendo que terá de o fazer rapidamente, e como estrangeiro, quer que os portugueses resolvam o problema e sem perda de tempo. A 22 de Maio, reúne, na sua residência, alguns homens da sua confiança, surpreendentemente portugueses de nível intermédio na administração. É aconselhado a entregar os elementos disponíveis à Regência, a quem recomenda acção rápida e assegura que o Exército participará activamente. Dois dias depois é assinado mandato de captura, cumprido no dia seguinte com grande aparato. Sobre este assunto veja-se a “Memória sobre a Conspiração de 1817”, onde o autor, Joaquim Ferreira de Freitas, dá conta do volume de forças mobilizado para captura, que previu até o emprego de *4 brigadas de artilharia volante* (num total de 20 peças) e *quatro obuses de calibre 9, em linha com os morrões acesos*. Contudo, não deixa de afirmar que *tudo se tinha efectuado com socego (sic) e ordem*.

D. Miguel Pereira Forjaz escreve ao Intendente Geral de Polícia, determinando que *hé necessário segurarmos os cabeças, hum principalmente...*

Beresford, na Ordem do Dia de 30 de Maio, agradece às tropas da Guarnição de Lisboa a sua conduta na noite de domingo, 25 de Maio de 1817.

Raúl Brandão, demonstrando conhecer a maneira de ser dos homens, especialmente numa situação como a que se vivia, confirma que é então que vem *à tona como sempre, a denúncia. É a vasa, é o costume secular, é a infâmia que sobe do fundo do charco e tolda tudo e suja tudo.*

Surgem cartas anónimas para o Intendente da Polícia e para D. Miguel Pereira Forjaz, uma das quais é metida na *caixa dos requerimentos*⁷ de Francisco Leite, fazendo uma denúncia ditada pela inveja e má vizinhança.

Beresford apresenta a Miguel Forjaz, as despesas feitas com a investigação e captura dos conspiradores: 240\$000 réis.

Raul Brandão comenta, em tom que não podemos deixar de considerar amargo, numa única palavra: *barato*.

Inicia-se o processo

Após a captura, *um falatório*. É desta maneira simples, mas plena de significado que Raul Brandão descreve o que se disse dos conspiradores. Estariam planeados assassínios — dos “Senhores do Rocio” e de Beresford — e a entrega da coroa ao Duque de Cadaval; haveria mais assassinatos durante a procissão de “Corpus Christi”; o Duque de Sussex, filho de Jorge III, e que já não residia em Lisboa, poderia tornar-se rei... Mas o que é certo, é que *pouco se sabe. Beresford, a Intendência e o Governo guardam sobre o assunto a solene mudez do Santo Ofício. E eis a obra da Maçonaria*. Contudo, a polícia arrecadou documentação suficiente para ter a certeza de que estava em marcha uma revolta.

Recorrendo à “Memória sobre a Conspiração de 1817...”, o investigador divulga as peças que darão origem à *devassa* — o corpo de delito. São autênticas e irrefutáveis. Levanta-se um problema: o Barão de Eben que, embora preso, sendo estrangeiro tem contra si um documento em português macarrónico. Teria

⁷ Ainda existe uma “caixa” deste tipo, destinada a receber os requerimentos de quem se sentisse necessitado de justiça. É um objecto de grandes dimensões que deverá ter sido construído no final do Séc. XIX ou início do Séc. XX e está na residência oficial do Chefe do Estado-maior do Exército (ex-Palacete Pombal/Almeida Araújo/Palmela) em Queluz.

sido melhor não o terem prendido. As autoridades não sabem que lhe fazer e os factos que constituem a matéria da sua arguição são muito vagos.

Fazem-se buscas e são nomeados os cinco *desembargadores, por portaria datada de 28 de Maio*. A troca de correspondência entre os Regentes, o Marechal e o Intendente-geral é constante. O trabalho sujo (os interrogatórios a cerca de 50 pessoas) é feito por ajudantes do Intendente, *dois absolutistas de marca*: João Gaudêncio e José Vicente Casal Ribeiro, *mas as testemunhas são ouvidas pelo próprio Intendente*. William Beresford não interroga, mas orienta os interrogatórios de Cabral Calheiros. Raul Brandão considera *necessário publicar o interrogatório quase na íntegra*. É uma sequência alucinante de confissões e acusações que parecem não ter merecido a atenção dos investigadores.

Por esta forma o processo vai sendo cozinhado... Até o alferes José Ribeiro Pinto que tentara suicidar-se, com a pistola do comandante da escolta que o conduzia, à passagem da ponte de Sacavém, é interrogado sem clemência, às portas da morte. Só a 9 de Setembro será transferido para o Limoeiro “com todas as cautelas”. Sobrevive para vir a ser enforcado, “com infâmia”.

Raul Brandão confessa: *quem mexe hoje nesta fria papelada (...) hesita... julga encontrar, volta atrás... são pequenas notas a lápis — nomes escritos pela polícia, anotações que podem valer muito*. É difícil seguir o raciocínio dos investigadores que não querem deixar pontas soltas. Mas, no fundo, quer os Regentes, quer o Marechal sabem que nada vai voltar a ser como era e que *o jacobino ainda levanta a cabeça*.

O processo

Quase quatro meses foram os réus conservados em rigoroso segredo, enquanto eram individualmente interrogados. São depois acareados e todos incriminam Gomes Freire, excepto o Barão de Eben (Christian Adolph Friedrich) e o civil Veríssimo António Ferreira da Costa. O primeiro será expulso do país, “o mais rapidamente possível”, e o segundo absolvido. Sete presos são ilibados. Depois de acareados, os presos podem comunicar uns com os ou-

tros e comer juntos, com excepção de Gomes Freire que fica no segredo até ao fim. Está preso numa dependência húmida e com a mobília reduzida ao mínimo⁸. As mantas onde dorme, foram-lhe dadas pelos oficiais da guarnição. Acordam-no para o interrogar e ainda hoje não sabemos se as declarações que lhe são atribuídas são as que efectivamente prestou. Não foi acareado com nenhum dos outros réus e não temos certeza se a documentação que tentou enviar para o exterior tenha chegado ao destinatário, nomeadamente o pedido de clemência real, pois a sentença foi executada, ainda antes de ser publicada. O perdão real — um direito que lhe assistia — nunca poderia ter chegado a tempo. Raul Brandão transcreve as conclusões dos desembargadores, bem como a sentença dos réus e os despachos de indeferimento das diligências do advogado de defesa. A elaboração do processo decorre com medidas de censura aos jornais que corressem em Lisboa.

Filipe Arnaud de Medeiros, advogado da *Casa da Supplicação* é nomeado para defender todos os réus. Todos são ajuramentados o que seria norma naquele tempo, talvez para que não pudessem embaraçar a acção do investigador, mentindo ou omitindo. O tempo que dão ao advogado para análise processo é irrisório para quem tem de consultar a “devassa”, a sentença e fazer a respectiva contestação, tentando interpor recursos que são, de pronto, indeferidos. Mesmo assim, seu trabalho é notável e virá a ser publicado, em 1820, por sua iniciativa. Poderemos considerá-lo como tecnicamente muito evoluído, para o tempo, tanto pela jurisprudência que evoca, como pelos raciocínios lógicos com que desmonta os vícios do processo que facilmente se detectam.

Na sentença, os supliciados são divididos entre os enforcados com infâmia (oito) e simplesmente enforcados, mas isso para quem morre não terá grande valor... Fica logo determinado onde serão executados. Gomes Freire não irá além da esplanada da Fortaleza de S. Julião da Barra. Os outros onze irão ao Campo de Sant’Ana.

As últimas páginas são de autêntico lamento. O investigador considera que tudo não passou de um *conluio* e, numa frase sempre actual relembra que *nunca faltaram magistrados aos déspotas*:

⁸ Raul Brandão apresenta um inventário de bens que conseguiu ter na prisão.

oferecem-se sempre ao poder, estão às ordens de quem manda, recebem sempre as imposições de baixo para cima. Aqui, como muitas vezes sucede, os magistrados já sabiam de antemão o que tinham a fazer: o processo foi uma mera cerimónia, uma fórmula necessária...

É o investigador que já não se distingue do cidadão politicamente empenhado que nos dá o destino dos quatro denunciante, das honrarias que conseguiram. O juiz da “inconfidência” recebeu para seu filho a comenda de Gomes Freire de Andrade! São três páginas lancinantes que terminam com uma sequência de cinco nomes, um dos quais, António Pimentel Maldonado⁹, virá a ser oficial general no exército liberal, depois de ter sido comandante da Cidadela de Cascais.

Um Homem de Estado

As três frases iniciais deste capítulo são claras e duras: *Beresford intervém no processo. Beresford quer desfazer-se de Gomes Freire. Assentemos nisto. Qual é o papel de D. Miguel Pereira Forjaz? Sendo seu primo e amigo podia salvá-lo, mas perdeu-o.* Raul Brandão vai buscar o depoimento de outro inglês, o coronel Owen, para ilustrar as relações entre um e outro. Enquanto o general estava em missão no estrangeiro, servindo o seu país, mas era clarividente na sua análise, o português, com inveja e despeito, lutava contra ele, numa atitude de vistas curtas. Dois antagonistas sentenciados à vida em comum, que não conseguem actuações cúmplices e concertadas. Caíram os dois em 1820...

Na opinião de Raul Brandão, a conspiração existiu, mas foi *denunciada e avolumada por Beresford*. D. Miguel só a aproveita para demolir alguém a quem tinha ódio. Será *um patriota, e um conservador... quer a Pátria livre de estrangeiros, o rei no trono e o regresso ao passado*. Pertence aos que se opõem aos “Rege-

⁹ É difícil entender a posição deste oficial no processo. Efectivamente, a sua actuação futura será na área liberal. Surgirá o folheto *Ode ao Triste Anniversario da Tragica Morte de Gomes Freire de Andrade; Lisboa Typ. Rolandiana 1821* (4 pág.). Escrito por alguém que pertencerá à família dele — *D. Marianna Antónia Epiphania Pimentel Maldonado*.

neradores dos Povos”, descritos num texto de José Agostinho de Macedo que Raul Brandão intercala no capítulo. Gomes Freire será um dos tais “regeneradores” que questionam o poder absoluto dos reis e a sua atitude de prepotência protectora para com os servos. No texto de Macedo encontramos uma expressão que, naquela altura, seria uma blasfémia, mas que marca a diferença entre o maçom, o traidor, o partidário da França e o *Homem de Estado: a Soberania existe essencialmente em as Nações e não na herança de um só indivíduo, conservada numa só família.*

Em meia página Raul Brandão traça o perfil psicológico de Forjaz a quem chama *animal de sangue frio, cioso do poder, figura sumida com uma ambição tenaz de mando, e que tem uma mola de aço em vez de coração, uma capacidade de trabalho formidável e uma persistência que jamais esmorece.*

Mas o que há de mais interessante é a vida oculta. Continua Raul Brandão a descrevê-lo como *moderno homem de estado (...) que não se destaca nos campos de batalha, mas domina e impõe a sua vontade (...) do fundo de uma secretária, entre resmas de papéis (...) com uma energia que mete medo.* Numa palavra: um ditador que ninguém vê. *Um eterno ajudante.* Será um homem de segunda linha, poderoso, manobrador e certo de que a única razão existente é a sua.

Matar um homem para uma criatura destas é uma insignificância. Nem sequer hesita.

Parece que Gomes Freire assinou a sua sentença de morte ao enviar ao Marquês de Borba uns papéis que este nunca terá recebido. A partir daí, Forjaz, o Principal Sousa e Beresford *chegam a um acordo tácito e que só lhes resta uma coisa a fazer — perdê-lo. Foi o que fizeram.*

O capítulo termina com esta expressão. Ao contrário do que sucede nos outros, neste capítulo, o biógrafo-investigador passa a assumir-se como um psicólogo centrado na análise do que vai nos espíritos dos principais intérpretes do drama. O resultado pode ser discutível, mas há indícios de que não andarão longe de um diagnóstico correcto.

O mistério

A estrutura desta obra obedece a uma sequência lógica. Estudada que foi a sequência do processo surge a questão de se saber porquê? Porque é que tudo aconteceu assim e o processo teve aquele desfecho. Podemos até perguntar se não terá sido a necessidade da morte de Gomes Freire, por parte da Regência e de Beresford que arrastou a dos outros onze sentenciados? Nunca saberemos qual seria o resultado de um processo em que o principal denunciante — um réu — é tido como louco até pelo próprio advogado que o defende. Além disso, um oficial reformado que não recebe soldo há 30 meses e com família a cargo está predisposto a tomar parte em qualquer acção contra as instituições vigentes. E os outros que arrastavam a sua “miséria dourada” pelas ruas da cidade? Qual seria o seu estado psicológico quando se reuniam nos botequins para tomarem uns licores?

Nas catorze páginas que constituem este capítulo, Raul Brandão especula com base numa análise do meio político em que tudo de passa, mas não esquece *as obscuridades, os velhos rancores, a inveja e os sentimentos miúdos que há neste drama, como em todos*. Em sua opinião, Beresford abate Gomes Freire, mas não o tortura, enquanto Miguel Forjaz e o Principal não se limitam a matá-lo, em nome da manutenção do sistema político, mas torturam-no e *tapam-lhe a boca*. Poderiam estar envolvidos numa conjura contra “os ingleses”. De qualquer modo, havia também que combater os “jacobinos”, os maçons e todos os do partido francês que subverteriam a sociedade tal como a conheciam e isso é que eles não podiam tolerar.

Raul Brandão põe duas questões: *Gomes Freire conspirou? E a conspiração existiu?* À primeira questão só se poderá responder afirmativamente se se considerar que saber-se que uma conspiração está em marcha e não a denunciar é crime. Relativamente à segunda não há dúvida, até pela produção de documentos. Na “Memória sobre a Conspiração de 1817...”, Joaquim Ferreira de Freitas, ao pretender salvar a face de Beresford demonstra que sim e até poderia ser mais abrangente, considerando que o capitão-ajudante Amora, que escapou fugindo, dizia (mais tarde) que no

Porto havia “Sócios e que militares e até no Corpo de Polícia estavam no segredo”. A maçonaria reduziu a sua acção nas diversas lojas nacionais e não chegou a tomar qualquer atitude na defesa de Gomes Freire, com receio da repressão que lhe sucedesse. E igreja católica?... *Neste enigma, que ainda hoje custa a decifrar, a Igreja está como sempre ao lado dos poderosos e condena os desgraçados mesmo antes de serem ouvidos.* E o capítulo termina com a transcrição do *papel*, datado de 8 de Junho de 1817, (bastante antes do julgamento) com a ordem da Patriarcal de Lisboa a todas as paróquias do patriarcado e igrejas dos conventos regulares.

“Felizmente há luar...”

O texto do último capítulo foi escrito, em Nespereira, em 1913. O autor não diz em que mês. Só podemos supor que terá sido, como diz Aquilino Ribeiro, *naquela altura do ano em que os pardais, regalados com a benignidade despedem à gandaia pelos bairros novos, telhados das igrejas e velhos monumentos, tendo deixado de pernoitar nas tílias da Praça de Camões* e Raul Brandão emigrava de Lisboa para lá, *sem dizer por aqui me vou.*

É o relato da execução dos réus, feito pelo biógrafo empenhado e pelo investigador atento e rigoroso. Tal como nós hoje temos ideias acerca dos factos que não presenciámos e que decorreram há cem anos, é provável que outro tanto sucedesse com Raul Brandão, que nasce com a pena de morte (para crimes civis) em ainda vigor durante mais dois meses. A documentação que consultou e os procedimentos inerentes às práticas da justiça do tempo permitem reconstituir os factos, mas como investigador emérito, Raul Brandão, vai mais além, imaginando também o que sentiriam os que iam ser executados e abre o capítulo quase com uma exclamação: *Até ao fim os desgraçados confiam.* Mais uma frase curta que diz tudo. A preparação da execução é descrita ao mais ínfimo pormenor, tanto no Campo de Sant’Ana, como em S. Julião da Barra, onde chegam a ocorrer situações caricatas. O percurso dos *desgraçados* desde o Limoeiro, donde saem às duas da tarde de 18 de Outubro, até ao local da execução, numa marcha lenta, por entre a força armada, formada em alas, e o povo. Raul Brandão

parece ter dificuldade em descrever o comportamento do povo de Lisboa, entre o espanto, a curiosidade, o apuro e, mais raramente, a comiseração. A revolta parece ter estado ausente mas, ao contrário do que os ingleses pensavam, *o cheiro da carne assada do Campo de Sant'Ana não conteve os portugueses*.

A descrição do tratamento dado ao general durante a sua prisão, ao modo como foi psicologicamente torturado, mesmo com conivência do clínico que deveria tê-lo medicado, merece uma atenção especial por parte de Raul Brandão¹⁰. Mesmo a execução é precedida de humilhações às quais o marechal-de-campo Archibald Campbell não ousa opor-se frontalmente, mas as quais o coronel Haddock tem coragem de tentar atenuar, emprestando ao general uns sapatos para que não caminhasse descalço para a força e cumprimentando-o à saída da masmorra. Estas atitudes valem-lhe um “conselho de guerra” que acaba por não ter consequências, talvez porque a justiça já estivesse saciada.

Neste capítulo encontramos também cartas de Gomes Freire a Sousa Falcão, de Matilde de Melo a Sousa Falcão, uma correspondência das horas de desespero onde a esperança é cada vez menor. Já em desespero, Gomes Freire tenta ter a morte do general Ney, mas nem essa última vontade lhe satisfazem. A tortura só não passa para além da morte porque os “procuradores” aí já não têm poder. Senão...

Os presos que saem do Limoeiro vêm *descalços, vestidos com alvas e cordas ao pescoço, uns sucumbem* e são levados *por galegos a pau e corda em cadeiras de couro. Dois vão a rasto como mortos*. Como se fosse a marcha de um auto de fé da Inquisição. Mas os padres, *que não os largam, continuam a mostrar-lhes o céu... invocam o Deus da Igreja e pilar do Estado que os condenava de acordo com a regência*. A execução é lenta e entre o início da marcha, à saída da prisão, e a morte do último sentenciado decorrem sete horas e meia. Ainda faltava queimar os corpos de alguns sentenciados, mas... felizmente havia luar... e os trabalhos ma-

¹⁰ Já em carta de 24 de Junho, Beresford escreve a Archibald Campbell determinando-lhe que (...) *vejais bem e o olheis bem, que vos parece o estado da sua cabeça e do seu juízo; porque, da informação que me deu o Tenente Coronel Haddock, quase parece que elle está algumas vezes agitado*.

cabros podiam prosseguir. *Os basbaques de Belém vão ver de longe a fogueira que* deveria ter reduzido a cinzas o cadáver de Gomes Freire. Semi-queimado, o corpo é deitado ao mar que o devolve e os cães vadios começam a cumprir a sua missão sanitária.

Este capítulo deve ser lido lentamente. Provavelmente como foi escrito. Com dor. Ao ritmo da marcha dos sentenciados e do seu suplício, como quem contempla uma pintura de Goya. Vendo através do escuro do fumo das fogueiras que deforma as caras dos intervenientes, quer sejam julgados ou julgadores, mirones, padres coniventes ou populares estupefactos que nem conseguem interpretar o que vêem ou que escondem a cara para que não os vejam chorar e roem as unhas de impotência perante a aquela cena. Era bom que ela tivesse servido de lição para o povo, mas não terá sido assim. . .

Conclusão

O livro de que vos acabo de falar é um cuidado trabalho de investigação. Didacticamente perfeito porque resulta da exposição muito detalhada da documentação que o investigador consultou e analisou e ainda dos comentários que vai fazendo à margem acerca dos factos que estudou. As referências e documentos que indica nas últimas vinte páginas dão-nos a medida da profundidade da investigação. Por isso, será difícil produzir um trabalho mais esclarecedor. É pouco provável que surjam documentos daquele tempo que desmintam ou sequer corrijam o que aqui fica dito. O mesmo se poderá dizer de interpretações substancialmente diferentes das de Raul Brandão.

Se os factos podem ser conhecidos e são irreversíveis, já os comentários do investigador ganham um valor incalculável por serem feitos pelo militar, o republicano, o cidadão e o homem sensível à injustiça e à boçalidade do tratamento dado aos cidadãos pelos poderes que gerem a sociedade. A par disto, temos a realçar o estilo de escrita de Raul Brandão que, às vezes numa frase, mesmo numa simples palavra, descreve tudo o que há para descrever e deixa ao leitor a contemplação do quadro do sucedido. Contemplemos e observemos pois, como vem escrito no pequeno texto de

Voltaire impresso no frontispício da “Memória sobre a Conspiração de 1817 (...)”: “Há condenações à morte que anos inteiros de vingança não conseguirão expiar, senão em parte, e que farão vibrar de indignação todos os séculos vindouros”. Já passaram dois. E nós aqui estamos a vibrar de indignação. . .

